

A TERRITORIALIDADE HUMANA

(contributo para o seu estudo)

CARLOS GRADIZ *

I

A DIALÉCTICA ENTRE O COMPORTAMENTO INATO E APRENDIDO

A teoria da evolução através da selecção natural, formulada por Darwin no século passado, constitui o núcleo da futura teoria sintética da Evolução.

Esta teoria vem colocar as raízes da evolução do ser humano na evolução da vida, atribuindo-lhe homologia e analogia comportamentais com a dos outros seres vivos, em especial os animais.

A etologia, seguindo a perspectiva naturalista do século XVIII (que, com o objectivo de proporcionar uma unidade ao mundo vivo, ordenava os seres vivos em sistemas hierárquicos de classificação) e, baseando-se na teoria da evolução (variação e sobrevivência dos mais aptos) começou também a procurar uma unidade do mundo

vivo através da busca dos mecanismos universais do comportamento de que destacamos a elaboração de uma teoria universal do instinto.

Na década de 30 deste século, ainda dentro do objectivo inicial da investigação etológica, Uexkull(1921) com a sua noção de Umwelt defende a ideia de um comportamento típico da espécie.

Como afirmam SANTOS e VICENTE(1989)a etologia dedicou assim "*grande parte do seu esforço à catalogação dos comportamentos típicos das espécies*"(pg.65). Complementarmente, outros conceitos ligados a alguns modelos de comportamento, como os de mecanismo desencadeador inato e padrão fixo de acção dão um carácter reducionista no modo de interpretação dos seres vivos.

No entanto, a partir da segunda metade deste século, as posições teóricas inatistas começam a ser postas em causa ao admitir-se, então, que o mais fixo e repetitivo

* Psicólogo do Centro de Saúde Mental de Beja

vo dos comportamentos pode ser interceptado pelas influências ambientais.

Efectivamente, ainda com Uexkull (1921) admite-se que a selecção natural actue sobre o fenotipo e, quando a regulação de uma função dada sofre transformações filogenéticas, podem interagir as evoluções da morfologia, fisiologia e comportamento das espécies. Como admite VIEIRA (1989) "*todo o organismo se afeiçoa à lógica adaptativa, face às pressões ecológicas que se exercem sobre a sua população*" (pg 28). Os comportamentos são também aprendidos (os novos aspectos do comportamento evoluído especializam e complexificam o comportamento inicial e adaptam-no a diversas funções) e integram-se nas estratégias adaptativas ao ambiente.

Na década de 70, Mayr (1976) ⁽¹⁾ com a sua distinção conceptual entre programas abertos e fechados conciliou as perspectivas inatistas e ambientalistas. Haveria espécies de organismos com programa fechado (isto é, não haveria sobreposição de gerações e os comportamentos reprodutivos de cada indivíduo têm que estar previstos no seu genoma) e a espécie humana seria uma espécie com um programa aberto mas com comportamentos ancestrais rígidos, com universais de comportamento como EIBL-EIBESFELDT (1967) tenta provar.

Estudos posteriores de geneticistas das populações evidenciam mecanismos de diversidade biológica dentro de cada espécie (como o polimorfismo equilibrado, selecção diversificante e estabilizante e selecção dependente da frequência) derivados de

fenómenos aleatórios, da selecção, da migração, das mutações, "*às quais se juntam as influências directas do meio e do sistema de uniões*". (HIERNAUX, 1980 pg.46).

São aliás, mecanismos deste tipo que permitem explicar, não só a diversidade intrapopulacional como ainda a incidência no seio da mesma população de soluções adaptativas alternativas. Aliás Krebs (1985) ⁽²⁾ constatou que "*a maior mudança nas técnicas de investigação ao longo da última década foi a ênfase crescente no comportamento individual em detrimento da classe de indivíduos*"

A ecologia força, assim, a biologia a abrir-se para o ecossistema permitindo ao mesmo tempo à Antropologia libertar-se do constrangimento culturalista uma vez que o homem não é segundo MORIN (1973) "*uma totalidade isolada em relação à totalidade complexa*" (pg27). Também Alexander (1979) ⁽³⁾ propõe em alternativa à visão superorganicista da Cultura uma teoria assente na maximização da aptidão inclusiva individual (inclusivé fitness).

Por sua vez a abertura da biologia ao ecossistema permitiu também à etologia "*esbater a disjunção natureza/sociedade e a oposição homem/animal*" (ORTA, 1989, pg.38) e hoje, segundo Vieira, (1989) ela situa-se numa encruzilhada interdisciplinar entre as ciências da Natureza e as Ciências do Homem "*confinando num lado com a Fisiologia, a genética do comportamento e no outro com a Psicologia Comparada e Sociologia Animal e Humana, as ciências da linguagem e as teorias da aprendizagem sem no entanto perder a sua identidade*" (pg.31).

II

O HOMEM E OS ANIMAIS: CONVERGÊNCIA E SINGULARIDADE

As adaptações filogenéticas existentes no animal como sejam as formas de coordenação hereditária, os mecanismos motivadores endógenos, os desencadeadores, os mecanismos de desencadeamento inato e, finalmente, as disposições inatas de aprendizagem são também extensíveis ao ser humano. De facto os resultados do método comparativo no estudo do ser humano, quer entre indivíduos de várias culturas ou entre indivíduos com e sem privações sensoriais sugerem-nos haver traços comuns de expressões, gestos, coordenações, tradutores de uma raiz hereditária comum e, entre humanos e antropóides, analogias e homologies muito importantes.

O background que sustenta as nossas afirmações é que o Homem é um vertebrado pertencente ao grupo dos animais, com quem partilha a linhagem e a herança genética comum. Além disso, os homens são mamíferos, parentes íntimos dos outros primatas, sendo improvável que os comportamentos destes sejam diferentes dos dos homens.

No entanto se Lorenz (1950) citado por MALMBERG (1980), considera que na especificidade dos caracteres humanos devem distinguir-se o "*self-domestication*", o comportamento exploratório e a percepção do espaço como importantes traços da evolução do homem, Dobzhansky (1963) também citado por Malmberg (1989) salientou que a singularidade evolucionária do homem se caracteriza por um modo superior-gânico de evolução que é a evolução da

cultura, esta considerada como um instrumento de adaptação ao meio ambiente. Haveria também, segundo o mesmo autor, um feedback entre genética e cultura, sendo esta um produto final do processo natural.

III

O CONCEITO DE TERRITORIALIDADE E A SINGULARIDADE DA TERRITORIALIDADE HUMANA

É neste contexto que pretendemos abordar o conceito de territorialidade em que as perspectivas biológicas e não biológicas se destacam no esforço de o operacionalizar.

Efectivamente, a operacionalidade do conceito de territorialidade tem raízes biológicas sendo o território definido como "*como uma área de espaço, quer da terra, quer do ar quer da água, na qual um animal ou grupo de animais defende como uma exclusiva propriedade*" (ARDREY, 1966, pág.3).

No entanto, esta perspectiva encontra-se hoje inadequada. Se na perspectiva biológica se demonstra que a territorialidade pode regular o conflito com os bandos de intrusos, ela pode também estar envolvida na regulação das interacções sociais mais sustentadas

Na perspectiva da Psicologia Ambiental as análises mais recentes destacam mais as funções cognitivas e socio-organizacionais da territorialidade humana que os aspectos biológicos (STOKOLS 1978, pág. 271). Hoje, predominam ainda na pesquisa

da territorialidade estudos sobre demarcação, intrusão, defesa, e os referentes aos aspectos psicológicos afectivo-cognitivos são muito raros.

A interacção entre estas duas perspectivas aparece muito pouco matizada nas várias tentativas de operacionalização do conceito de territorialidade. De facto se, como vimos atrás, na perspectiva biológica prevalecem os conceitos de demarcação, defesa, não podemos evitar de considerar que este enfoque é tendencialmente encapsulante por não contemplar a perspectiva social da territorialidade .

Não nos parece, de facto, que os possuidores de território estejam permanentemente envolvidos na demarcação, na defesa e no sustento. Há também uma identificação psicológica dos seus possuidores em relação aos seus espaços, constituindo o território também, um valor simbólico.

Por sua vez a existência de um instinto territorial, como "*um mecanismo interno que nos ajuda a defender o que temos*" (Ardrey 1966, pág.69), traduz também a constatação de que a territorialidade também é um mecanismo adaptativo correspondente às diferentes exigências ecológicas.

No entanto, exponhamos os conceitos predominantes de territorialidade que dão mais ênfase à função de ocupação e de defesa e os que dão mais ênfase ao aspecto organizacional:

"...nous parlerons de territoire comme une surface sur laquelle un individu ou un groupe ne tolèrent pas des membres de leur même espèce, repoussant également tous les étrangers ou seulement ceux du même sexe. La propriété du territoire peut être limitée à des périodes de temps deter-

minées." (EIBL-EIBESFELDT 1967 pág 323)

" Human behavioural territoriality is primarily a phenomenon of ethological ecology with an instinctive nucleus, manifested as more or less exclusive spaces, to which individuals or groups of human beings are bound emotionally and which, for the possible avoidance of others, are distinguished by means of limits, marks or other kinds of structuring with adherent display, movements or aggressiveness" (Malmberg 1972 citado por Malmberg 1980, pág 10 e 11).

Na territorialidade dos vertebrados as espécies são menos estereotipadas no uso do território e exibem grande variedade de sinais territoriais, conforme os sistemas territoriais dominantes que lhes permitem a adaptação a condições ecológicas que se lhes apresentam (em termos de recursos).

Há autores, que fugindo inclusivé ao determinismo biológico, argumentam, numa perspectiva de territorialidade humana, que os sistemas territoriais só estariam presentes, quando os benefícios fossem mais elevados que os custos e as condições ecológicas influenciassem esse balanço.

Os benefícios compreenderiam maior eficiência no armazenamento de recursos e maior familiaridade e acesso aos recursos do território, que teriam de estar disponíveis e serem abundantes e prognosticáveis temporal e espacialmente (Dyson-Hudson e Smith 1978 e Cass e Edney 1978, citados por B.B.BROWN 1987, pág. 509)

Outros, de que destacamos Cashdam (1983) citado ainda por Brown (1987), argumentam que "*cognitive and cultural capacities of our species alter the ways in which territories can be defended*" (pág.509) jus-

tificando assim que os humanos tenham menos confrontações territoriais, uma vez que os sistemas sofisticados de comunicações e de memória lhes ensinam a evitar intrusões territoriais.

Na perspectiva de Brown, apesar de as pesquisas considerarem que a utilização do território pelos humanos e pelos animais diferirem mais nos aspectos quantitativos que qualitativos, pelo menos, as questões culturais e sociais, são mais salientes na territorialidade humana que na da animal, exibindo os humanos maior "attachement" aos objectos de tradição familiar, evocadores simbólicos das histórias individuais da família, da cultura.

Esta capacidade para conferir significação cultural aos objectos traduz o papel, cada vez mais largo, que a Cultura tem sobre a regulação da territorialidade, de que as leis são, ao longo do tempo, a expressão da manutenção dos direitos abstractos de manutenção e os defensores são meros procuradores.

Como afirma Gold (1982) citado ainda por Brown (1987) "*whereas animal territoriality is rooted in physiological needs connected with survival, human territoriality may also embrace 'higher' needs for, say, status, recognition by others, and achievement or self-image*" (pg 510). Além disso, pode ainda a territorialidade humana facilitar a realização de certos actos psicológicos, incluindo necessidade de privacidade, intimidade e solidão.

Outra qualidade da territorialidade humana distinta da dos animais é o facto de

os territórios humanos projectarem identidade aos visitantes. (é-lhes permitido ter acesso, por exemplo, à sala de visitas). A existência destas visitas territoriais, traduziria na perspectiva de Brown o papel da territorialidade humana como um regulador do sistema social e portador de símbolos de identidade, embora nem todos os territórios possibilitem funções de identidade. A este respeito convém referir que Ardrey também abordou o pattern psicológico comum dos animais ao referir-se que, dentro de cada grupo, cada animal adquire um território, uma ordem, no estatuto, uma individualidade que o distingue dos outros membros do grupo. Adquire uma identidade derrotando assim as pressões do anonimato e as da ansiedade (ver pág. 171)

IV

A TERRITORIALIDADE HUMANA

Entramos definitivamente no campo da territorialidade humana e vamos ter como referência as perspectivas de Altman (1975), Malmberg (1980) e B. Brown (1987).

Começaremos por abordar as características estruturais do território e a demarcação e defesa do espaço. De seguida abordaremos a territorialidade, o sistema de viabilidade e a identidade e, finalmente, focaremos as direcções das pesquisas neste campo em especial os aspectos cognitivos, afectivos, sociais e interaccionais da territorialidade.

A)- Características estruturais dos territórios

Na perspectiva de Goffman (1972), citado por MALMBERG (1980, os territórios variariam em termos de organização (pág.11):

- alguns seriam "*fixed*", isto é. seriam demarcados geograficamente, pertencentes a um reivindicador (pátios, campos, casas)
- outros seriam "*situational*", isto é, seriam parte de um equipamento fixo no setting, que se usam e se reivindicam por minutos, horas, informalmente (bancos de jardim, mesas de restaurante)
- finalmente teríamos os "*egocentric*" '*preserves*' ou, o que denominamos em psicologia espacial. espaço pessoal.

Distinguem-se dos restantes por terem o corpo como centro e considerado pelos seres humanos como ilimitado e invisível. Este espaço pessoal é abordado por AIELLO (1987) enquanto expressão do espaço interpessoal na regulação da intimidade social, pág.391)

Para BROWN (1987) os tipos de território variariam conforme: (pág. 511-516):

- grau de centralidade psicológica e de controlo;
- duração e tipo de ocupação ;

- características, intenção e alcance da marcação territorial;
- acessibilidade, riscos e respostas à intrusão;
- diversidade funcional e interações vinculadas .

Deste modo, os territórios podiam ser de acordo com Altman (1975), citado por Brown (1987), primários, secundários e públicos. (pág 511). A relação de algum modo gradativa entre as características estruturais de cada tipo de território e o seu carácter funcional, é estreita.

O território primário, pelo seu investimento psicológico mais profundo, é mais multifuncional, pois permite maior privacidade, controlo, previsibilidade, conforto, familiaridade com os outros e traduz expressivamente um sentido de identidade, um sentido de organização e de ordem (ex: a habitação).

O território secundário, é provavelmente, mais controlado pelo grupo do que por um indivíduo. O tipo de identidade exibido é a de grupo (ex: clube de sócios).

No território público o controlo transitório e as manifestações de identidade são restringidas e as ocupações são por pouco tempo (ex: transporte público ou o lema '*first come, first served*')

No que diz respeito à dimensão da marcação territorial a motivação que lhe está subjacente é comunicar uma reclamação territorial, que é mais expressiva nos territórios primários.

Quanto aos marcadores que são usados em diversos territórios reflectem as ca-

racterísticas pessoais dos seus ocupantes e traduzem as qualidades pessoais e os valores defendidos (ex: mobílias, trabalhos decorativos, etc.) Nos territórios secundários os marcadores definem-se pelo valor e protegem os usufrutuários quando eles estão ausentes (ex: num clube a indicação de só para sócios).

Relativamente à intrusão territorial como violação da identidade pessoal do proprietário, a sua reacção visa naturalmente, garantir a ordem, a organização e o sentido de identidade.

B) TERRITORIALIDADE E O SISTEMA DE VIABILIDADE

B.1 - Dominância e territorialidade

Nas populações humanas a dominância e a territorialidade interactuam de modo complexo. Para Altman (1975), citado por Brown (1987), a inconsistência de resultados nos estudos empíricos em populações humanas provém de variações nas medidas de dominância, das dinâmicas sociais e das características das amostras objecto de estudo.

No entanto, parece que a relação entre dominância e territorialidade depende da estrutura e do processo grupal. O dono do território pode, por exemplo, dominar os outros hierarquicamente superiores, mas, por outro lado, os graus de dominância podem vencer as reivindicações territoriais (os indivíduos dominantes podem ocupar os territórios mais desejados).

B.2 - Territorialidade e influência

Também entre territorialidade e influência podem existir subtis conexões, ilustradas aliás por diversos settings.

Em alguns estudos verifica-se que os visitantes podem ser aceites no território do proprietário, mas é este quem guia a visita e determina, ao mesmo tempo, as interacções no seu território (no caso do Benfica receber o Sporting na Luz; nem todas as instalações podem ser visitadas pelos visitantes, apesar de haver relações cordiais entre os dois clubes).

Noutros estudos, provou-se que os indivíduos têm mais controlo sobre os seus territórios primários, pelos motivos já apresentados (em B.1) do que sobre territórios secundários e públicos.

Outros estudos referem ainda que os efeitos de dominância territorial podem anular-se, quando há afinidade entre hospedeiro e visitante. Neste caso, até o território pode constituir um meio de facilitação de encontros 'pro-social' proporcionando interacções de carácter amistoso/prazenteiro.

Em muitos settings "*o ranking*" do estatuto correlaciona-se também com a territorialidade em termos de ambiente de trabalho. As marcações de um estatuto incluem baixa acessibilidade, gabinetes mais amplos, alta qualidade de móveis.

Nas empresas, o espaço de trabalho reflecte normalmente a posição do indivíduo no local de trabalho. Por sua vez, ao espaço de trabalho está associado a reivindicação territorial que se expressa muitas vezes nas interacções sob forma de 'jogada'

entre a chefia e o subalterno (ex: no caso de um chefe receber o subordinado no seu espaço exprime o seu direito em relação ao espaço dirigindo-se ao subalterno nos seguintes termos "*o que posso fazer por si?*").

B.3 - Sistema de apoio

Alguns estudos referem que há uma relação entre uma estabilidade a longo prazo do sistema ambiental, onde se reside, e o estabelecimento da territorialidade em especial ao nível dos territórios primários (habitação v.g.).

B.4 - Personalização e interacção social

A evidência da personalização pode também acentuar o sistema de viabilidade facilitando certas interações.

Os efeitos das personalizações do território nas interações entre visitantes pode também ser demonstrado, mesmo quando as interações não têm papel de relevo, por si, no processo de personalização (ex; as pessoas que estão numa sala de espera, estranhas entre si, ligam-se melhor (afiliam-se) quando falam de forma entendida a respeito, por exemplo de um quadro que está na parede).

A personalização pode também acentuar parcialmente o sistema de viabilidade clarificando, por exemplo, as qualidades pessoais do proprietário do território (ex: os estudantes mais antigos e com mais sucesso que habitam as repúblicas residenciais, personalizam o seu território com insignias ou emblemas, que traduzem os seus êxitos es-

colares).

C) TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE

Em linhas gerais, a reivindicação do espaço e o sistema de viabilidade das funções são mais fáceis de estudar em situações comportamentais que envolvam ocupação, dominância, defesa do espaço, do que as que envolvam a identidade, visto esta apelar para ligações afectivo-cognitivas com os lugares ou com as coisas e estar integrada no processo de personalização do possuidor de território. No entanto, apesar de a reivindicação do território e a identificação com o espaço serem duas actividades diferentes, estão como que entrelaçadas, como iremos ver de seguida.

C.1 - O desenvolvimento do controlo e das funções de identidade.

Numa perspectiva desenvolvimentista admite-se que a criança, quando aprende as regras culturais que normatizam o sentimento de posse, desenvolve simultaneamente um sentido de si e um sentido de competência no mundo, através da manipulação de objectos. Deste modo, estes objectos como que desempenham um papel na coordenação social e na exibição da identidade.

Assim, o primeiro encontro com o objecto parece estabelecer um vínculo entre domínio, identidade e competência. No decorrer dos estádios de desenvolvimento consecutivos, a manipulação dos objectos torna-se importante para as interações sociais.

Esta relação entre a manipulação de objectos e as interacções sociais mantem-se durante a idade adulta. O domínio, a posse, implica não só poder social e estatuto mas também, proporciona a definição da individualidade enquanto esse domínio for representado como uma extensão do próprio.

C.2 - As personalizações e as comunicações de identidade.

As personalizações podem entrar, segundo a autora que temos vindo a acompanhar, no funcionamento territorial de diversas formas "*podendo ter pouco a ver com uma reivindicação intencional ou então de defesa do território*" (pág. 519). Este enunciado é argumentado pelo facto de permitir aos espectadores e aos ocupantes a formação das impressões baseadas nas personalizações e também, porque as personalizações territoriais permitem ao proprietário do território criar uma impressão de identidade em relação a si próprio, sem esquecer ainda a evidência da personalização poder criar ou intensificar ligações de "*attachment*" entre o proprietário e o território (que aumenta à medida que a idade aumenta). No entanto também se verifica, que as personalizações também criam, para os ocupantes do território, imagens negativas, sendo deste modo consideradas como formas de desvio em relação aos padrões da sociedade (vandalismo v.g.)

C.3 - Personalizações e identidade actual

As investigações demonstram que as personalizações traduzem profundamente

alguns aspectos da identidade dos proprietários do território, como iremos provar de seguida .

Os artefactos existentes nos lares, as casas, reflectem não só a necessidade de se estabelecer a individualidade em relação ao meio como a da comunalidade com a Cultura.

Além de os grupos sociais se reflectirem na personalização, as identidades étnicas também podem muito bem estar reflectidas nas escolhas da personalização territorial, assim como os objectos também podem ser o suporte de significação pessoal de identidade.

C.4 - Os "*attachments*" aos lugares

As pesquisas sobre "*attachment*" aos lugares realçam o conteúdo simbólico tradutor do sentimento de que os territórios valem a pena ser defendidos. Segundo Eliade (1957), citado por Brown, o sentimento especial de vinculação (*attachment*) ao lugar é uma atitude face ao 'sagrado' por oposição com a do 'profano'. Os objectos significativos evocativos do passado, símbolos de identidade étnica ou religiosa, podem servir para dar corpo a um vasto grau de significados emocionais, laços sociais e outros aspectos de verdadeira identidade e não somente para exprimir uma função de marcação territorial. Por conseguinte, a personalização territorial pode simbolizar compromisso de identidade carregado de afecto.

Conceitos como "*dwelling*", "*place dependence*", "*place identity*" traduzem associações percebidas entre pessoas e o meio ambiente . Por exemplo o conceito de

"place identity" segundo Proshansky et al. (1983), citado pela autora que nos serve de referência, contém "*memories, ideas, feelings, attitudes, values, preferences, meanings, and conceptions of behavior and experience which relate to the variety and complexity of physical settings that define the day-to-day existence of every human being*" (pág 522)

C.5 - A diferença de sexos e idades no "attachment" ao território.

Apesar de os homens serem normalmente os proprietários do território no sentido financeiro, as mulheres são, muitas vezes, as únicas a decidir o estilo de personalização do lar, a cuidar das coisas diárias e as que gastam mais tempo em casa. Segundo Brown, em termos de atitudes e sentimentos territoriais, as mulheres parecem ter mais associações íntimas com o ambiente do lar. Os homens são os defensores e intrusos dos territórios e ocupam também os territórios mais vastos dentro de casa. Para Saegert e Winkel (1980) "*the home is both a physical space where certain activities are performed and a value - laden symbol. Both meanings of the word are closely linked to definitions of the female sex role in our culture*" (citado por Brown pág. 523).

No que diz respeito ao "attachment" em função da idade, infere-se que o attachment ao território do lar (home) intensifica-se com a idade. É proposto que o "attachment" ao lar desenvolve o sentimento de um "*insideness*" autobiográfico, social e físico nos idosos baseado em níveis históricos e contemporâneos de envolvimento. Este sentimento de "*inside*" em relação a um lugar pode ajudar actualmente os indivíduos a competir com sucesso com os stresses do

que se designa "*growing old*".

D) AS DIRECÇÕES DAS PESQUISAS

D.1 - Cognição territorial e afecto

Visando desenvolver os aspectos ligados às funções de identidade da territorialidade, importa incidir a atenção sobre o modo como os seres humanos estão vinculados afectiva e cognitivamente aos territórios.

Estes vínculos estão implícitos no conceito de centralidade psicológica que distingue os vários tipos de territórios (Altman 1975, citado por Brown 1987 pág. 523). Por sua vez Seamon (1979), citado pela mesma autora, apela para se dar mais atenção às qualidades do que ele designa de "*at-homeness*" que cria as condições de cordialidade, "*at-easeness*", etc. Quer as filosofias judaico-cristãs, quer alguns pensamentos sociológicos consideram que a territorialidade humana é tradutora de sentimentos de orgulho, de ganância e condenam todos os que procuram felicidade, poder, prestígio, através da posse de objectos e por esgotarem os recursos da Natureza. No entanto, pense-se que os humanos continuam a prezar e a identificar-se com certas apropriações ou possessões.

D.2 - A disfunção territorial e a estabilidade

As pesquisas futuras com base nos aspectos sociais e de identidade ligados aos territórios devem ser incrementadas, prevenindo-se que elas abordem as qualidades

temporais dos territórios, em especial, os que mudam mais (os territórios primários são os mais estáveis). No entanto, a estabilidade do território pode criar disfunções, quando o seu proprietário sofre uma mudança de identidade.⁽⁴⁾

As mudanças de território no ser humano requerem também muito tempo e esforços enormes. A este respeito Brown cita Wolfsey et al (1979) que descobriram que os indivíduos que têm planos bem definidos de recolocação territorial exibem "*themes of preparatory detachment*" nos mapas cognitivos do seu ambiente corrente. A estabilidade dos territórios pode criar problemas de nível social, na medida em que eles podem estar desactualizados em função de novos valores de segurança e identidade.

D.3 - A identidade territorial disfuncional

Os territórios podem tornar-se disfuncionais no momento em que comunicam informação prejudicial acerca da identidade pessoal dos seus proprietários. A este respeito Goffman (1963), citado pela autora que acompanhamos, salientou que os lugares podem comunicar estigmas, aspectos moralmente repreensivos das identidades (v.g. as discotecas num determinado bairro, podem prejudicar as identidades dos seus moradores - o exemplo entre parêntesis é nosso).

A teoria da territorialidade pode também ajudar a compreender porque razão verdadeiras identidades não se exibem num território, ou por falta de segurança em mostrar aspectos do "*self*" ou por falta de consciência.

D.4 - Desempenhos territoriais disfuncionais

A ausência de intercâmbios entre territórios pode criar disfunções que podem afectar a identidade dos seus proprietários. Há também territórios mais investidos que outros (o pai passa, por exemplo, mais tempo no clube do que em casa, o exemplo é nosso). Pensa-se mesmo que um investimento num grupo territorial pode conduzir segundo Edney e Uhlig (1977), citados por Brown, a "*a forfeiture of identity for the sake of group unity*" (pág. 525). Noutros pode ser o contrário e os territórios grupais podem complementar e estender as identidades individuais dos membros da comunidade desde que sejam congruentes com elas.

D.5 - Interacções sociais e territorialidade

A repartição do território tem sido explicada como um processo que ajuda a sustentar o sentido de segurança e identidade e também como forma de garantir um risco pouco relevante à intrusão territorial.

A teoria da regulação da privacidade de Altman remete-nos para normas, regras e espaço pessoal como fontes de "*management*" dentro do território.

Um outro domínio, que deve ser investigado, prende-se com o modo como os contextos territoriais moldam as interacções nos próprios visitantes do território (já vimos em secção anterior o modo como os próprios objectos de personalização podem servir de objectos transicionais do processo de interrelação entre humanos, o parentesis é nosso)

A própria tipologia das defesas territoriais pode relevar fisicamente defesas agressivas a favor de significações e interações sociais defensivas (ex: barreiras erguidas para impedir entrada num lugar. "*linguistic collusion*", tipo, cuidado com o cão, o exemplo e o parentesis é nosso).

D.6 - O "*Management*" da Identidade

A noção da fraude intra-específica pode ter larga aplicabilidade na territorialidade humana, apesar de ser uma reação bastante negligenciada nas pesquisas

Ela pode constituir um processo para atingir determinados objectivos como por exemplo para manter certas impressões (como o autor que veste a pele de uma personagem com quem se identifica).

V

DISCUSSÃO

Pensamos que a territorialidade humana tem a sua raiz num passado biológico e constitui, primeiramente, como afirma Malmberg (1980) em capítulo anterior, um fenómeno de ecologia etológica. Por conseguinte, o conceito de territorialidade como uma forma de comportamento geneticamente determinado na espécie dos vertebrados de que o homem faz parte "*está fora de questão nas ciências biológicas*" (Ardrey 1966 pág.4). Todos os organismos ao longo

do processo de evolução, por tentativa e erro, conseguiram incorporar um pattern territorial muito complexo no seu comportamento. Esse pattern comportamental é um tradutor da adaptação conseguida em relação ao ambiente, "*uma espécie de mecanismo de defesa*" (Ardrey 1966, pág. 7). Assim, o território, na perspectiva do mesmo autor, "*é essencialmente defensivo*" (pág. 69). No entanto, esta ênfase nas componentes de defesa e de reivindicação do espaço no comportamento territorial não deve ser exclusiva, sob risco de cairmos numa encapsulação. Se as relações entre um grupo humano e o seu território são, prevalentemente, relações ecológicas, isso não invalida também, considerar no comportamento territorial a existência de um "*estado específico de disponibilidade para a acção*" (Eibl-Eibesfeldt, pág. 45) expresso nas funções cognitivas e socio-organizacionais, que faz com que os humanos se identifiquem psicologicamente entre si e com os territórios, promovam o "*attachment*", dando ao território um valor simbólico.

Mesmo Ardrey (1966) considera que o território além de fornecer segurança, alimento, fornece "*um pattern psicológico*" (pág. 70) e cita Darling (1952) por este autor considerar que a motivação pelo território também é psicológica (pág. 333).

Nós somos os lugares que habitamos

Evitamos assim uma postura organicista, ou da teoria do traço tradicional que nos procura separar dos contextos.

Evitamos também a perspectiva que considera que o Ambiente deve ser controlado e defendemos, sim, a perspectiva do sentido da coerência que promove um design ambiental suportável e, acima de tudo, reconstituente. O ambiente suportável tem

informação disponível e legível e cria um sentido de participação, isto é, capta a atenção dos seres humanos.

Só assim criamos o sentido de comunidade que foi destruído pela Revolução Industrial pois conduziu o ser humano à sua desterritorialização. Para um indivíduo ser feliz e 'saudável tem que ter "três ou quatro contactos íntimos" (Alexander, cit. por LITTLE 1987 pág. 224). Isso remete-nos para a necessidade de as pesquisas futuras articularem os aspectos "secretos" da afectividade e da cognição e os aspectos transaccionais e interaccionais da territorialidade, sem esquecer as dimensões da identidade e o modo como as actividades humanas podem cultivar as ligações afectivas e cognitivas como defende Brown nas suas conclusões.

RESUMO

Todos os seres vivos possuem comportamentos característicos da sua espécie e que são determinados geneticamente constituindo o que designamos de programas fechados. Complementarmente, devido à pressão ecológica, os seres vivos incorporaram nos seus programas genéticos um sistema de comportamentos aprendidos tradutores do modo como produziram a adaptação ao meio ambiente. Os seres vivos possuiriam deste modo, simultaneamente, programas fechados e abertos comuns às várias espécies e singulares em cada espécie e intra-espécie.

A territorialidade nos seres vivos, especialmente na classe dos vertebrados, é uma das dimensões mais importantes do

comportamento, apresentando naturalmente uma raiz num passado biológico. O território é, então, definido como uma reacção na qual um grupo de seres a defende como exclusiva propriedade, visando a sobrevivência através da utilização dos seus recursos.

No entanto, se nos limitarmos à perspectiva biológica caímos numa encapsulação, uma vez que os seres vivos mais evoluídos possuem capacidade de identificação psicológica em relação aos espaços que possuem, destacando-se na territorialidade humana, funções cognitivas e socio-organizacionais, que lhe são inerentes e que se traduzem na Cultura. Esta é um instrumento adaptativo do ser humano, que ao regular cada vez mais a territorialidade confere à sua territorialidade uma singularidade (sem esquecer que a territorialidade humana também proporciona a realização de actos psicológicos como a necessidade de privacidade). A territorialidade humana apresenta características organizacionais com correspondências de carácter funcional (há territórios que proporcionam maior privacidade que outros). Por sua vez há uma relação entre dominância, influência, estabilidade e a territorialidade, sem esquecer o papel que têm as ligações afectivo-cognitivas com os lugares e que fazem com que o ser humano se identifique com o seu território (identificação que aumenta à medida que a idade aumenta).

No entanto, as pesquisas neste último domínio (a identidade) estão pouco exploradas e vão ser objecto de pesquisa nos próximos tempos, contribuindo assim para que os seres humanos reorganizem o sentido de Comunidade, destruído pela Revolução Industrial.

NOTAS

(1) Citado por VIEIRA (1989) em Op. Cit. Pág. 26.

(2) Citado por VICENTE e SANTOS in op. cit. pág. 65.

(3) Citado por VICENTE e SANTOS ibidem.

(4) A este respeito BRONFENBRENNER (1986) descreve o impacto dos modelos do cronossistema no processo intrafamiliar (BRONFENBRENNER U. (1986) - Ecology of the family as a Context for Human development: Research Perspectives - Developmental Psychology, Vol. 22, 6, 723-742 (1986).

BIBLIOGRAFIA

AIELLO, J.R. (1987) - Human spatial behavior, in **STOKOLS D.& ALTMAN I.** (Eds) , Handbook of Environmental Psychology , Pub John Wiley & Sons N. York .

ARDREY R. (1966) - *The Territorial Imperative*, Ed. Collins, London, 1971.

BRONFENBRENNER, U. (1986) - *Ecology of the Family as a Context for Human Development: Research Perspectives* - Developmental Psychology, Vol. 22, 6, 723-742,.

BROWN B.B. (1987) - The Territoriality - In **STOKOLS D.& ALTMAN I.** (eds), Handbook of Environmental Psychology, Pub Jonh Wiley & Sons, N. York.

EIBL-EIBESFELDT (1967) - *Etologia*, Ed. Scientifiques, Paris, 1977.

HIERNAUX J. (1980) - *A diversidade Biológica Humana*, Ed. Fund. Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1988.

LITTLE, B. R. (1987) - Personality and the Environment. in *Stokols, D. & Altman I.* (eds), Pub. Jonh Wiley & sons, N. York.

MALMBERG T. (1976) - *Human Territoriality*, Ed. Mouton Publishers. N. York (1980).

MORIN (1973) - *O Paradigma Perdido*. Ed. Pub. Eur/Amér., Lisboa, 1974.

ORTA J.A. (1989) - *Do Mito à Ciência*, Análise Psicológica, 1-2-3 (VII):33-41. 1989.

SANTOS R.S. e VICENTE L.A. (1989) - *Sobre a questão das estratégias alternativas em Biologia*, Análise Psicológica 1-2-3-(VII).

STOKOLS, D. (1978) - *Environmental Psychology* - Annual Review of Psychology, 29, 253-295.

UEXKULL J. V. (1921) - *Dos animais e dos homens*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa. s/d..

VIEIRA A.B. (1989) - *Fundamentos Gerais de Etologia*, Análise Psicológica, 1-2-3 (VII):23-31. 1989.